

Nº 29

**Notas sobre
políticas de
ajustamento
externo e
estratégias
de inserção
internacional:
algumas questões
colocadas pela
abertura da
economia**

**Pedro da
Motta Veiga**

Fevereiro de 1990

TEXTO PARA DISCUSSÃO INTERNA

NOTAS SOBRE POLÍTICAS DE AJUSTAMENTO EXTERNO
E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL:
ALGUMAS QUESTÕES COLOCADAS PELA ABERTURA DA ECONOMIA

PEDRO MOTTA VEIGA

FEVEREIRO /1990

Resumo

A crise do padrão de inserção internacional do Brasil é parte da deterioração do modelo de desenvolvimento industrial apoiado na substituição de importações e no planejamento "setorializado" da economia. A justaposição de um modelo de industrialização altamente custoso em investimentos e de uma estratégia de ajustamento externo baseado na geração de mega-superávits comerciais está na origem do quadro de "desregulagem macroeconômica" que se desenvolve ao longo dos anos 80.

A partir de meados dos anos 80, a "desregulagem macroeconômica" retroage sobre a margem de manobra de que o Estado dispõe para a gestão da política de comércio exterior, esgotando-se o padrão de inserção internacional da economia brasileira.

Face a este esgotamento, as alternativas protecionista e liberal se apresentam, esta última postulando seu caráter de vocação inelutável de todas as economias do mundo. O texto pretende mostrar que o aprofundamento da internacionalização obrigou os países desenvolvidos - e está obrigando os NICs - a internalizarem o imperativo de competitividade internacional em seus mecanismos de regulação, mas que tal internalização não constitui, em si, uma opção liberal, esta se manifestando somente a nível das estratégias de "assimilação" do imperativo de competitividade.

Finalmente, esboça-se uma tipologia do processo de ajustamento das economias subordinadas, analisando-se a capacidade diferenciada destes processos para engendrar dinâmicas virtuosas articulando crescimento econômico e incrementos de competitividade internacional.

I - O DEBATE DA INSERÇÃO VIRA A PÁGINA DOS ANOS 50 ?

Os debates sobre inserção internacional da economia brasileira, realizados pela Funcex, ao longo de 1989, reunindo economistas, políticos e assessores de candidatos à Presidência da República (RBCE. 1989) revelaram alguns pontos, serão consensuais, majoritariamente presentes nas posições dos diferentes debatedores:

. A necessidade de se aumentar o grau de exposição da economia brasileira aos fluxos internacionais de comércio e investimento. O aparato de proteção generalizada é visto, não só como um entrave à modernização do parque industrial e à expansão duradoura das exportações ou como fonte inesgotável de transferência de renda dos consumidores para os produtores domésticos, mas ainda como a expressão sintética - e, até, caricatural - da configuração dominante das relações entre o Estado e o setor privado empresarial. As categorias de Estado cartorial e concessional apontam precisamente para este tipo de dinâmica que articula a tutela do Estado sobre os interesses privados e a captura, por esses interesses de segmentos do aparelho de Estado.

. A necessidade de rever em profundidade, mais do que a política brasileira de comércio exterior e o protecionismo que a caracteriza, a própria estratégia da competitividade e de inserção internacional da economia brasileira, deslocando seu eixo da ação sobre os fatores de formação de preços de exportação para a ampliação qualitativa e quantitativa da oferta interna, aumentando a capacidade potencial e efetiva de geração de ganhos de produtividade da economia e compatibilizando, por esta via, expansão do mercado doméstico e ganhos crescentes de parcelas do mercado internacional, bem como aumentos de salários reais e crescimento das exportações.

. A necessidade de integrar a estratégia de inserção no marco de um projeto de desenvolvimento que, partindo de um quadro macroeconômico estabilizado, coloque em operação gradualmente uma "dinâmica virtuosa" associando modernização do aparelho produtivo - aumento do seu potencial de produtividade, redução da heterogeneidade estrutural da indústria e redução dos níveis de desigualdade de renda herdados dos modelos anteriores de crescimento.

Estes pontos de vista refletem, antes de mais nada, o amaduru

recimento da discussão do tema da inserção internacional da economia brasileira e o início da superação da simplória polarização ideológica que fez da questão nacional - e do nacionalismo - o divisor de águas entre conservadores e progressistas, mesmo se o bloco nacionalista amalgamava posições ideológicas de esquerda e interesses econômicos empresariais - aí incluídos interesses de empresas multinacionais preocupadas com a manutenção de posições setoriais de acesso privilegiado, quando não exclusivo, ao mercado doméstico brasileiro e às fontes de recursos públicos subsidiados.

Sintoma expressivo da desagregação do bloco nacionalista, no plano das opções de política econômica externa, e da desvinculação, no campo das posições políticas domésticas, entre nacionalismo e progressismo, a predominância dos pontos de vista acima resumidos aponta também para a consciência generalizada da complexidade do desafio e das tarefas que a revisão do padrão de inserção internacional da economia brasileira necessariamente coloca.

De fato, cada um dos pontos assinalados pede, para além de sua formulação genérica e de seu caráter normativo de princípio, qualificações e especificações que permitam definir - pela combinação específica de objetivos de longo e curto prazos, de instrumentos de política, de timing (sucessão/simultaneidade) e do quadro institucional e de regulamentação - as configurações possíveis de política, à luz dos condicionamentos externos e internos que se impõem à sua formulação e implementação.

Além disto, não há, entre os três pontos acima assinalados, qualquer tipo de vinculação ex-ante, que faça com que a operacionalização de um dos princípios gere, por um encadeamento de necessidade, a mise en place dos outros. Neste sentido, pode-se argumentar que o essencial do avanço do debate sobre inserção internacional da economia brasileira reside não somente na afirmação daqueles três princípios, mas ainda na postulação da necessidade de que eles sejam operacionalizados simultaneamente.

Não se pode excluir, neste sentido, a hipótese de formulação de projetos políticos que se contentem em operacionalizar um dos princípios apresentados: o da revisão do aparelho de proteção, por exemplo. Neste caso, por hipótese, o "choque de competição" produzido

pelo fluxo de importações geraria, a termo, os ajustamentos na capacidade de oferta, proporcionando, via mercado, os efeitos desejados de aumentos de produtividade.

No entanto, não só a constatação de que o processo de mudança estrutural por que a economia do país deverá passar envolve a geração de um novo modo de regulação macroeconômica - ou seja, de uma trajetória de crescimento cumulativo estável dinamicamente e apoiada em mecanismos institucionais que assegurem um aperfeiçoamento contínuo de coesão social - mas também o imperativo de reduzir os riscos econômicos e sociais associados à estratégia de transformação do padrão de inserção internacional de uma economia nacional, sugerem a necessidade de que a operacionalização dos três princípios de política seja pensada de forma coordenada, buscando-se criar, pelo jogo dos elementos que conformam toda política, as vinculações e os encaixamentos entre aqueles princípios.

A crise hoje vivida pelo Brasil reflete, em grande parte, a degradação da capacidade de o Estado promover continuamente ajustamentos que afetam a dinâmica macroeconômica e buscam absorver tensões estruturais geradas por um padrão de concepção e gestão de políticas públicas baseado na "setorialização" das relações entre aparelho de Estado e setores privados (isto é, na colonização do Estado por interesses privados com base em clivagem setorial) e na montagem de arranjos institucionais de promoção e proteção de interesses setoriais conflitivos e/ou concorrentes entre si. Neste sentido, a preocupação com a questão da compatibilidade estrutural dos componentes de uma estratégia nunca será excessiva.

Tanto mais que o padrão de ajustamento externo da economia brasileira nos anos 80 constitui o reverso da prática, consagrada no Brasil, do bricolage de políticas. Neste caso, a prioridade absoluta concedida aos objetivos de reequilíbrio das contas externas - com vistas ao pagamento do serviço da dívida - submeteu a totalidade dos mecanismos de regulação econômica e social à sua lógica e a seus objetivos. Este unilateralismo na concepção da política econômica serviu para, de forma rápida e truculenta, internalizar o "imperativo de competitividade" via mudanças nos preços relativos, aumento da rentabilidade das exportações e contração da demanda doméstica (consumo e investimento), acentuando o padrão altamente desigual de distribuição de renda, bem como os desequilíbrios macroeconômicos, e contri-

buindo para reduzir gradualmente a eficácia dos ajustamentos e, com isto, a margem de manobras dos policy-makers.

Coisa curiosa, esta demonstração de uma tão rara capacidade -a de priorizar um objetivo de política- não dispensou o uso do savoir-faire e da cultura institucional dos bricoleurs de política: subdídios às exportações, controle administrativo das importações - que proporcionam aos administradores de política industrial a renda de poder gerada pela concessão de isenções - controle de preços - sobretudo públicos - e infundáveis alterações nos mecanismos de indexação foram mobilizados até o esgotamento, para viabilizar os mega-superavits comerciais-

Este unilateralismo doutrinário, ao gosto dos defensores do livre-mercado, comodamente assentado em mecanismos do poder discricionário e concessional gerou, ademais, uma associação ideológica, porque pretensamente independente de contexto histórico, entre busca de competitividade e compressão de salários (ou retração da demanda doméstica) .

O quadro herdado nesta virada da década caracteriza, em consequência, uma profunda crise de regulação (BOYER, 1986), evidenciada pelo bloqueio do processo de crescimento e pela espiral hiperinflacionária: neste contexto, políticas relevantes devem ser analisadas no marco de uma estratégia de ampla recomposição de compromissos entre os principais agentes econômicos, evitando-se a importação de "cacos" ou fragmentos de política para um ambiente de profunda incerteza e de falta de horizonte de médio prazo. Tal importação, além de não ser capaz de gerar a dinâmica virtuosa de crescimento e estabilidade, pode - dada a situação atual - gerar uma deterioração ainda maior do quadro que se pretendia corrigir, reforçando, via aumento da incerteza, os comportamentos arcaicos e defensivos dos agentes.

III - DETERIORAÇÃO DO PADRÃO DE COMPETITIVIDADE E DESREGULAGEM MACROECONÔMICA

O esgotamento do padrão de competitividade consagrado pela política brasileira de comércio exterior adotada a partir da segunda metade dos 60 é o resultado:

. da redução contínua da eficácia dos ajustamentos proporcionados pelo uso dos instrumentos da política-cambial, em particular - em função dos encadeamentos macroeconômicos e estruturais que, via indexação, neutralizam as mudanças de paridade, traduzem a depreciação em incrementos inflacionários (Aglieta et alli, 1981a e 1981b) e erodem a situação financeira do setor público fortemente endividado.

. do desgaste gradual da capacidade de financiamento e de direcionamento do processo estratégico de desenvolvimento pelo setor público, para o qual contribuiu fortemente a estratégia de ajustamento externo dos 80 - via política cambial e de incentivos, embora estes em escala menor que na década precedente - mas ainda, a própria política de ajustamento estrutural dos anos 70, com a sua própria política de mecanismos de transferência de recursos do setor público para o privado: expansão dos créditos subsidiados ao setor privado, repressão de preços e tarifas públicas, uso das empresas públicas como instrumento de captação de empréstimos externos e utilização das isenções fiscais como principal ferramenta de política industrial (CARNEIRO, 1989), tudo isto agenciado dentro do padrão "setorializado" de gestão de políticas de oferta, de preço, de financiamento, etc.

. dos efeitos da crescente instabilidade macroeconômica e da exacerbação do conflito distributivo - que se evidenciaria, por exemplo à luz de qualquer pequena história da indexação nos anos 70 e 80 - na conformação de um ambiente de incerteza profunda e na decisão de investimento dos agentes privados.

Estes três grandes processos tomam forma, ao longo dos anos, e os próprios fatores geradores do sucesso do desempenho exportador, pelo seu agenciamento recíproco, conduziram gradualmente à erosão da capacidade de retroação positiva do movimento, à "fadiga" dos instrumentos impulsionadores, à acumulação de tensões estruturais e à degradação da eficácia dos ajustamentos implementados para absorvê-las, configurando um quadro de deterioração irreversível de um "regime" (AGLIETTA, 1989).

Uma periodização deste movimento em função dos mecanismos de absorção dos condicionamentos externos preferencialmente utili

zados permitiria identificar nos anos 73-80 e na reação ao primeiro choque do petróleo, o processo de intensificação do uso de práticas de gestão da política econômica que desgastaram aceleradamente a capacidade de financiamento do setor público. A combinação do rígido controle das importações com a absorção quase irrestrita de recursos financeiros externos permitiu o financiamento dos deficits em conta corrente gerados pelas opções de política econômica, sem a percepção do quadro de restrições externas, ao passo que o acentuamento do intervencionismo do Estado e a mecânica de internalização da dívida externa por este reforçaram a transferência de recursos para o setor privado e geraram efeitos fiscais que estariam na origem dos desequilíbrios macroeconômicos e distributivos dos anos 80 (CARNEIRO, 1989).

Os choques dos juros e do petróleo na virada da década de 70 para os anos 80 e a escassez de financiamento externo assinalam a passagem para a segunda fase do processo de desgaste do padrão de competitividade gerado no bojo da substituição de importações - e, portanto, fortemente condicionado pelas práticas e comportamentos institucionais que caracterizam este modelo de crescimento no Brasil.

Os mecanismos de absorção dos constrangimentos externos, agora amplificados pelos choques dos juros e do petróleo, mobilizam, nesta segunda fase, não só o Estado e a transferência de renda do setor público para o setor privado, mas a dinâmica macroeconômica como um todo: um ajustamento recessivo combinando queda dos investimentos públicos e privados, controle estrito das importações, contração da demanda interna e um uso crescentemente ativo (entre 80 e 85) da política cambial. Toda a dinâmica de reprodução econômica e social é hipotecada ao objetivo de gerar superavits na balança comercial e a reação do corpo social às desregulagens que tal unilateralidade da política econômica introduz se faz sentir pelo aguçamento do conflito distributivo, pela guerra prolongada da indexação e pela aceleração inflacionária.

De acordo com FISHLOW, citado por VEIGA (1988b) "a agressiva desvalorização cambial convertia-se, mais cedo ou mais tarde - geralmente, mais cedo - em inflação doméstica, dada a ubiquidade da indexação. Adicionalmente, o setor público necessi

tava extrair recursos cada vez maiores do setor privado a fim de atender ao enorme serviço da dívida pública externa (sendo que) o Estado é demasiadamente fraco para realizar a grande transferência requerida de forma não inflacionária".

Característica importante reside no fato de que, com a indexação, não somente a desvalorização se traduz em inflação - revelando o elevado grau de tensão e resistência gerado pelo esforço de absorção, pela economia nacional, do "imperativo de competitividade" sinalizado pela mudança de paridade - mas ainda aos poucos, reduz-se a eficácia do ajustamento propiciada pelo deslocamento cambial, que degenera em "meras evoluções nominais", incapazes de sustentar qualquer "transformação dos constrangimentos reais" (AGLIETTA, 1981b) ou de estimular processos de diferenciação entre preços e agentes. Em resumo, nestas condições de indexação generalizada e de rigidez estrutural, "a deterioração da competitividade industrial se produz inexoravelmente, qualquer que seja a política cambial" (AGLIETTA 1981b).

É precisamente na perda de eficácia dos instrumentos prioritariamente mobilizados pelo padrão vigente de competitividade, bem como no efeito de retroação da desregulagem macroeconômica sobre a margem de manobra de que o Estado dispõe para a gestão da política de comércio exterior - e, mais genericamente, sobre sua capacidade de administração, não só de estratégias de médio e longo prazos, mas da própria conjuntura - é nestes sintomas que se pode ler a passagem para a terceira fase do processo de esgotamento do modelo brasileiro de inserção comercial gerado no ciclo autoritário⁽¹⁾.

(1) Cabe observar que é na segunda fase (80 a 85, aproximadamente) que se manifestam os efeitos de maturação dos investimentos feitos no bojo do IIº PND, isto é aquele esforço que constituiu um dos aspectos básicos do ajustamento estrutural pós-primeiro cho que do petróleo. A conclusão da década de 80 e a distância adquirida permitem argumentar que tais esforços geraram efeitos bastante diferenciados setorialmente, quanto à criação e consolidação da capacidade de gerar exportações, em função das próprias características diferenciadas dos produtos e setores, bem como de suas condições de comercialização internacional. Alguns setores se ressentem particularmente da retração de incentivos e da restrição na oferta governamental de financiamento à exportação (bens de capital, por ex.)

Setores que foram capazes, por sua configuração oligopólicacartorial, de combinar elevações de salários reais (e de custos reais de produção) com crescimentos de exportações, ajustando suas margens de lucros graças às elevações reais de preços domésticos e aos efeitos de uma política cambial ativa sobre a rentabilidade de suas exportações, assistem à retroação da desregulagem macroeconômica sobre sua criativa obra de micro-engenharia econômica e social (não esquecer que as negociações e os compromissos com sindicatos operários desempenharam seu papel nesta obra): quando a política cambial não consegue acompanhar a necessária aceleração dos ajustamentos para "fechar" o círculo, as exportações começam a se ressentir, a pressão por desvalorização e aumentos de preços domésticos dos produtos cresce exponencialmente e o reflexo protecionista desperta.

Se no plano interno, os limites à reprodução do padrão dominante de competitividade tornam-se tão rígidos que inviabilizaram a própria gestão conjuntural dos instrumentos de política mobilizados por tal padrão, no plano externo, assiste-se, ao longo da década, à sucessão e a convergência de algumas tendências que, percebidas pelos observadores brasileiros do cenário internacional, contribuem para reforçar os argumentos da necessária revisão global do regime de inserção e da indissociabilidade desta revisão em relação à mudança do padrão de industrialização e do próprio modo de regulação macro da economia nacional.

Assim, para os observadores da economia internacional, à percepção dos efeitos da profunda reestruturação da base técnico-social de produção, a partir da aplicação de bens e serviços de informática, junta-se a constatação da introdução e difusão de um padrão de concorrência oligopólica, a nível internacional, baseado menos na consolidação de posições em um mercado específico (setorial) de produtos do que na constituição de uma capacidade de gestão das inovações e da mudança, a partir do "domínio do conjunto de competências necessárias à concepção e à introdução de produtos-sistemas complexos, em mercados segmentados" e da montagem de redes de alianças que visam a "re-endogeneizar", na estratégia das empresas, as "condições de formação de um mercado e sua relativa estabilidade", condições estas que se tornaram exógenas à lógica empresarial no quadro gerado pela ruptura, nos anos 80, do equilíbrio oligopólico herdado do ciclo precedente de internacionalização (DELAPIERRE E MYTELKA, 1988).

A percepção de tais dinâmicas - internacionais por definição - e a constatação de que há economias cujo bom desempenho, em termos de inserção internacional, combina uma estratégia de desenvolvimento baseada na flexibilidade da alocação dos fatores de produção de acordo com tendências de mercado de longo prazo e políticas estruturais e sociais que determinam uma redução significativa das disparidades de renda, a nível nacional (BOYER E CORIAT, 1989; BRENDER, 1988) levou aos questionamentos seguintes:

. se a grande vantagem comparativa de uma economia é ter a capacidade de gerar vantagens comparativas dinâmicas e se tal capacidade é função antes de características de distribuição de renda, de coesão social e de mecanismos institucionais que operando a nível da concorrência entre empresas, da formação salarial e da relação do Estado com os agentes privados - incentivem a inovação, então os determinantes da competitividade brasileira nada têm de funcional em relação a tal configuração de fatores compatível com uma estratégia de inserção "graduante", havendo, antes, contradição radical entre os dois termos (VEIGA, 1988b). A tese de FAJNZYLBER (1988) sobre a oposição entre competitividade espúria e competitividade legítima vai nesta direção, adequadamente articulando os diferentes padrões de competitividade a fatores estruturais (econômicos e sociais) que estão na origem de comportamentos e de encadeamentos macroeconômicos "viciosos" ou "virtuosos".

. se se está, virtualmente, no pólo oposto ao da competitividade legítima, a amplitude da tarefa de transição em termos de padrão de inserção não pode deixar de preocupar, principalmente se se considerar que o elevado grau de desigualdade social e de conflituosidade política de que se parte compromete sensivelmente a viabilidade de programas que constituem pressupostos e qualquer transição (SACHS 1989).

Vive-se, hoje, um ciclo de aprofundamento da internacionalização das economias nacionais, ainda não totalmente absorvido pela lógica da regulação das economias dominantes (o deficit comercial norte americano e o desemprego europeu são testemunhas desta difícil digestão): as tensões geradas na interface economia nacional economia mundial e a concorrência entre espaços nacionais criam uma "força que, nada a ela se opondo, tende a rebaixar os condicionamentos e exigências impostos às empresas pelas sociedades industriais" (BRENDER, 1988). As pressões e teses favoráveis à desregulamentação e à flexibilidade

do mercado de trabalho como estratégias de ajustamento nos países da OCDE (a "flexibilidade defensiva", nas palavras de BOYER) ilustram e sancionam tal visão, cuja adoção dificulta, em países cuja competitividade internacional não pode ser considerada como exclusivamente tributária de fatores ditos "espúreos", a geração de uma dinâmica de crescimento simultâneo da produtividade e salários e de redução dos níveis de desemprego.

Ora, se isto é verdade em países da OCDE, maior ainda seria, no Brasil, a pressão para se estimular o aumento da competitividade, via redução da "exigência social" às empresas, deixando-se que as forças de mercado atuem livremente. Tal flexibilização social conduziria, no plano da inserção internacional, a aplicar uma estratégia que sancionaria as vantagens comparativas adquiridas e baseadas em dotações de fatores como a abundância de recursos naturais e de mão de obra sem qualificação, elevando crescentemente a relação custo/benefício, para a sociedade, do aprofundamento da inserção (dilapidação dos recursos naturais e da força de trabalho) e abrindo caminho para a regressão tendencial da economia do país no quadro internacional.

Estes aspectos, vinculados tanto à situação de que se parte hoje para iniciar um processo de transição entre padrões diferentes de inserção, quanto às próprias características de incerteza e instabilidade que marcam um processo de mudanças carregado de oportunidades e de ameaças, reforçam a necessidade de uma adequada explicitação, não apenas dos objetivos de política, mas ainda da combinação dos diferentes instrumentos e do timing de aplicação das medidas, ou seja, da gestão das diversas fases de transição.

Por outro lado, a fragilidade institucional do regime internacional, - expressa nos desequilíbrios fiscais e comerciais entre as nações desenvolvidas e na instabilidade dos mercados financeiros - as pressões unilaterais de grandes parceiros do Brasil sobre políticas industriais e comerciais deste, o relativo isolamento do país nas negociações multilaterais do GATT - resultante, em parte de uma posição muito específica entre países em desenvolvimento, em termos de potencial econômico, mas também decorrente de uma postura de negociação - é a "sensação" de marginalização da economia brasileira frente à consolidação de tendências institucionais supranacionais expressas na formação de blocos regionais e de zonas de relacionamento econô

mico preferencial (com diferentes níveis de institucionalização), definem os contornos de um ambiente internacional mais portador de ameaças e incertezas do que de oportunidades para a economia brasileira, sancionando o argumento de que as mudanças no padrão de inserção devem se pautar pelo princípio de reduzir a incerteza dos agentes privados, estabilizando expectativas destes - o que su põe, mais uma vez, uma adequada caracterização da transição.

III - O REFLEXO PROTECIONISTA E O CACOETE LIBERAL: ALÉM DAS APARÊNCIAS

Esta conjunção de condicionamentos externos, e sua superposição ao quadro de falência interna do padrão de competitividade, im pulsiona duas atitudes, cuja superação em benefício de uma vi são abrangente combinando estratégias de inserção e de desenvolvimento econômico e social - conforme os princípios enunciados no início deste texto - não pode ser considerada uma tendência "natural" a complexidade da transição que se inicia e o componente elevado de riscos econômicos e sociais inerentes a esta fase. Segundo Mistral (1986), " a abertura de uma economia nacional para a economia mundial implica o questionamento das formas de organização da produção, das trocas e das relações sociais, ao mesmo tempo em que ela oferece novas oportunidades. Neste sentido, ela constitui um processo de destruição criativa". Tal formulação explícita, de forma abstrata, a amplitude e complexidade de um período de transição pa ra um novo padrão de inserção.

De um lado, o já citado reflexo protecionista dos empresários se ativa, acompanhado por atitudes defensivas e de recusa à negociação, no plano do aparelho de Estado.

Embora vigorosa e capaz de funcionar, pelo menos durante algum tempo, como uma "coalizão de bloqueio" à iniciativa de implementação de uma nova estratégia de inserção internacional, a aliança protecionista não é portadora de uma alternativa de longo prazo para o ordenamento das relações econômicas do Brasil com o mundo . Não só os pressupostos ideológicos que cimentavam o bloco político protecionista estão ruindo, mas ainda há sólidas evidências de que se desfaz gradualmente a convergência de amplos interesses empresariais nacionais e multinacionais em torno da conveniência da manuten

ção de padrão de relacionamento comercial, tecnológico e de investimento internacional gerado no bojo do processo da substituição de importações.

O desenvolvimento internacional de um número ainda limitado de empresas brasileiras, nos últimos anos - revelando importante capacidade empresarial para atuar estrategicamente contra a corrente de políticas de caráter claramente defensivas e segundo um vetor consistente de internacionalização - a revisão das estratégias regionais ou mundiais de empresas internacionais operando no Brasil - apontando para a segmentação de etapas produtivas entre unidades localizadas em diferentes países e para a intensificação do comércio intra-firma de peças, componentes e equipamentos⁽¹⁾ - e, de forma mais ampla, a percepção de que os custos da proteção afetam, via preços de insumos, de peças, de matérias primas e de equipamentos praticados por empresas situadas a montante das cadeias produtivas a competitividade das empresas situadas a jusante, todos estes fatores contribuem para abalar os fundamentos econômicos da aliança protecionista (VEIGA, 1989).

Neste sentido, a reação protecionista, observada principalmente no segundo semestre de 1989 e tal como se manifesta até o momento, dificilmente pode ser interpretada como mais do que um reflexo. No entanto, não se pode descartar a hipótese de que a própria evolução de um processo de transição entre padrões de inserção internacional - através de um vetor de aumento da competição interna e de liberalização comercial, por exemplo - gere efeitos econômicos e sociais de incerteza e instabilidade "quebra" de empresas, desemprego, etc) capazes de contribuir para a emergência de novos espasmos protecionistas.

De outro lado, há a visão liberal, já referida, portadora, indiscutivelmente, de uma alternativa estratégica, no sentido em que contempla uma ampla gama de propostas de revisão global da lógica funcionamento das grandes formas institucionais que compõem

(1) Para tais empresas, o componente transnacional de produção e comercialização supera definitivamente, a visão baseada na prioridade ao mercado doméstico e, portanto, na importância estratégica da proteção às empresas localizadas no País.

um modo de regulação: a relação salarial, as formas de concorrência, a relação entre o Estado e a economia, a inserção internacional, etc. Desregulamentação, flexibilização da relação salarial, privatização e liberalização dos fluxos internacionais de comércio, investimento, financiamento e tecnologia são as receitas liberais para a saída da crise, aplicáveis a toda e qualquer economia.

Em que pese o fato de que se trata aí mais de um ideário do que um programa pragmático de ação e embora o modelo brasileiro de industrialização não estimule a emergência de teses - e de práticas - efetivamente liberais, não resta dúvida de que, tanto a conjuntura econômica e política internacional, quanto a crise do modo de regulação vigente no país favorecem o desenvolvimento de uma estratégia de liberalização da economia, como modo de saída da crise vivida pelo país nos anos 80.

Não cabe, aqui, discutir os eventuais limites das propostas da saída da crise formulada pelos liberais e aplicada, em diferentes matizes, por alguns países da OCDE. Sem dúvida, a desregulamentação, a privatização e a flexibilização das relações trabalhistas não foram suficientes para induzir, nos países que adotaram esta estratégia, uma dinâmica de crescimento cumulativo do produto, baseada em aumentos sustentados da produtividade, mas foram capazes de colocar os compromissos sociais do fordismo em questão, contribuindo para uma maior instabilidade e imprevisibilidade das relações sociais.

Na realidade, mais do que criticar a estratégia liberal de saída da crise, interessa aqui discutir alguns condicionamentos estruturais que se impuseram a governos liberais e não-liberais no processo de adaptação à crise prolongada do fordismo e que moldam todas as estratégias de saída da crise. Isto nos permitiria evitar as simplificações e os reducionismos que viabilizam o uso político ideológico a alternativa liberal.

No plano da estratégia de adaptação à crise, as economias da OCDE internalizaram, por vias diversas que vão desde o compromisso social - democrata até o liberalismo thatcheriano, o imperativo de competitividade externa que contribuiu para, no final dos anos 60 e início dos 70 (a partir da intensificação dos fluxos de comércio e investimentos internacionais) desestabilizar irreversivelmente a regulação fordista, baseada nos espaços nacio-

nais. A solidariedade entre crescimento dos lucros e dos salários observada no fordismo se desfaz gradualmente, em benefício de um antagonismo entre estes dois termos e da consolidação da representação dos salários como custos de produção e como determinante, em última instância, da competitividade externa das economias.

As estratégias governamentais dos países da OCDE - tenham elas sido implementadas por partidos ou coalizações social-democratas ou conservadoras - levaram em conta o imperativo da competitividade externa, o que significou, em vários países, o questionamento de uma série de mecanismos e de compromissos institucionalizados em torno das regras de formação salarial (salário direto e indireto), de qualificação, etc.

Neste sentido, uma primeira simplificação deste quadro consiste em assimilar as diferentes estratégias a uma delas, a hegemônica e doravante "inescapável" proposta liberal. Na realidade, embora as opções políticas tenham um papel relevante na gestão da relação salarial e das formas de concorrência, por exemplo, parece que as trajetórias seguidas pelas economias da OCDE são, no geral, menos ditadas pelas preferências doutrinárias do que pelo fato de que "a regulação prevalecente, combinada aos desequilíbrios e condicionamentos transmitidos pela economia internacional, exerce uma forma de controle quanto à viabilidade da política aplicada e das reformas empreendidas" (BOYER, 1986b) ⁽¹⁾.

Se a crise do modo fordista deregulação e do regime internacional constroem fortemente as opções de política e se estes dois fatores, aliados a tendências crescentemente importantes a nível da internacionalização das empresas e dos espaços nacionais ⁽²⁾, exigem dos governos dos países da OCDE, quaisquer que sejam as tendências políticas destes, o respeito ao imperativo de competitividade e sua integração - sempre conflitual e não automática - aos mecanismos de regulação da economia, não decorre daí que tal processo seja vivenciado pelas diferentes sociedades segundo uma úni

(1) A reversão da política econômica do governo socialista francês em 1983 é um exemplo já clássico dos efeitos deste tipo de restrição colocada pela inserção internacional às estratégias nacionais de crescimento.

(2) Aprofundamento do processo de internacionalização não se confunde com homogeneização dos espaços nacionais e das condições de produção, nesta formulação.

ca modalidade, a liberal. Pelo contrário, talvez um dos traços mais marcantes da crise dos 70 e 80 seja a diversidade das trajetórias nacionais observada no processo de questionamento da regulação fordista, de recomposição dos compromissos entre o capital e o trabalho e de busca de uma posição favorável no novo "mapa da divisão internacional do trabalho" (BOYER e MISTRAL 1988 ; BOYER 1989b). Os trabalhos de R. BOYER exploram, em profundidade, o tema da diversidade de trajetórias nacionais, inscritas na temporalidade longa da crise do modo fordista de regulação e da lenta recomposição econômica, social e organizacional de um novo regime (nacional e internacional) de acumulação. O simplismo da visão que reduz as diferentes estratégias nacionais ao ajustamento liberal se evidencia também neste nível, podendo-se, para cada uma das formas institucionais que caracterizam todo modo de regulação, elaborar, com base nas experiências dos países da OCDE, tipologia de estratégias alternativas ou complementares de adaptação à crise e à primazia de uma dinâmica competitive-led⁽¹⁾.

Assim, BOYER (1989d e 1989e) analisa tanto as diferentes trajetórias de transformação da relação salarial fordista - distinguindo quatro grandes padrões de mudança - quanto a emergência de uma série de novos princípios de gestão empresarial que buscam superar os impasses a que a administração taylorista e fordista levou. No caso destes princípios, BOYER ressalta que "embora eles sejam hoje amplamente reconhecidos nas economias da OCDE, a sua implementação é bastante desigual, dadas as diferentes características do quadro institucional e sócio-político específico a cada país" (BOYER, 1989e).

Correndo o risco de operar um certo reducionismo, pode-se distinguir, em termos de processo de adaptação à crise, dois grandes eixos de ação, que incorporam ambos o imperativo de competitividade externa da economia, diferenciando-se, porém, a nível do

(1) Para as empresas, a transição pós-fordista e o aprofundamento da extraverssão das economias nacionais significou adaptar-se a uma situação de price-takers, abandonando a posição de price-makers de que defrutavam dentro das fronteiras nacionais.

diagnóstico da origem da crise e, portanto, da identificação dos mecanismos mobilizados (ou a mobilizar) para a sua superação. De acordo com o que se afirmou acima, as especificidades nacionais modulam significativamente a implementação das estratégias desenvolvidas ao longo destes eixos e a dominância de um deles, a nível nacional, resulta menos de opções políticas governamentais do que da tradição institucional e da articulação entre as estratégias dos diferentes atores sociais:

. o primeiro, é o eixo liberal, que, apoiando-se fortemente em uma gestão da relação salarial do tipo "flexibilidade defensiva" (BOYER, 1989 c) e na redução substancial da regulamentação estatal sobre as atividades privadas, busca a competitividade externa através do "rebaixamento dos condicionamentos e exigências impostas às empresas" pela sociedade (BRENDER, 1988). Nesta perspectiva, as configurações econômicas e institucionais que expressam tanto a crise do compromisso social fordista - ou seja, o questionamento do poder sindical, a flexibilização dos mecanismos de indexação, entre outros aspectos - quanto a decomposição das formas dominantes da concorrência digopólica - isto é, a desregulamentação e a dissolução das fronteiras intersetoriais - são vistas, não como uma transição em direção a novos paradigmas de relacionamento (compromissos, alianças e conflitos) entre capital e trabalho e entre empresas, mas como a essência mesma do novo modo de regulação pós - fordista. Sem forçar uma interpretação que se ressentiria de evidências empíricas, os EUA são a principal expressão desta visão, sancionada por uma dinâmica em que a expansão significativa de emprego e do produto é obtida através de uma medíocre evolução da produtividade e de um enorme deficit comercial, ao mesmo tempo em que este país revela atraso significativo na adoção e difusão de princípios de gerência empresarial pós-fordistas (BOYER, 1989e)

. o segundo, é o eixo neo-corporatista ou social-democrata, baseado em estratégias de gestão das relações capital-trabalho do tipo "flexibilidade ofensiva" (BOYER, 1989c) e em intervenções estruturantes do Estado, a nível de dotação da infraestrutura tecnológica e da mobilização dos recursos humanos qualificados necessários à inovação técnica e social. Esta - a inovação - é vista como a condição básica para que a sociedade possa adquirir competitividade sem, para tanto, rebaixar o nível de exigência so

cial às empresas: trata-se de um projeto em que se busca produzir socialmente a interseção entre dois processos que não necessariamente convergem: o aprofundamento da internacionalização e o desenvolvimento de novas formas institucionais democráticas de gestão e de decisão envolvendo - como requisito da eficácia - a participação dos diferentes agentes econômicos.

As "palavras de ordem" desta proposta são a cooperação e a concertação e sua perspectiva é de que se vive um processo de recomposição de um novo modelo industrial e de novos compromissos sociais, as configurações paradigmáticas do eixo liberal representando não a conclusão de um processo, mas estruturas de transição.

Enquanto a visão liberal busca separar radicalmente o econômico do social - liberando o dinamismo daquele da inércia deste - o eixo neo-corporatista busca um novo tipo de articulação entre estes termos, capaz de, ao mesmo tempo, superar os bloqueios que os compromissos consolidados ao longo do fordismo acabaram por impor à lógica da acumulação e gerar uma dinâmica em que crescimento cumulativo e reforço de coesão social se alimentem reciprocamente.

Outro ponto básico de oposição diz respeito ao fato de que, no modelo liberal, a competitividade internacional é uma resultante da dinâmica das empresas, a estratégia nacional consistindo basicamente em "desimpedir" o caminho destas na busca da eficiência, enquanto na segunda vertente, o reconhecimento do imperativo da competitividade e da especialização internacional leva à afirmativa de que "a abertura (...) não é um estado que uma coletividade nacional possa viver passivamente, descansando sobre o dinamismo das empresas (...) mas antes uma ação que a implica inteira e diretamente. A instabilidade monetária e financeira, a concorrência comercial, exigem que ela saiba permanentemente fazer evoluir sua estratégia de comércio, adaptar sua política, modular suas exigências para atingir seus objetivos (...): comunicar, refletir, debater, decidir eficazmente, aí se joga a capacidade de uma nação para se mover na economia mundial" (BRENDER 1989); FAJNZYLBER (1988) reforça este ponto de vista, afirmando que "no mercado internacional não competem apenas empresas. Confrontam-se também sistemas produtivos, esquemas institucionais e organizações sociais, nos quais a empresa constitui um elemento importante, mas integrado a uma rede de vínculos com o sistema educacional, a infraestrutura tecnológica, as relações gerenciais - trabalhistas, o aparato institucional público e privado, o sistema financeiro, etc".

IV - DA ADAPTAÇÃO À CRISE À ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO

A identificação dos dois eixos de adaptação à crise revela, portanto, que os projetos econômicos e sociais implicados por cada modelo são nitidamente diferentes, mesmo se a sua implementação é, não só fortemente condicionada por processos econômicos e sociais que se sobrepõem às preferências doutrinárias, mas também modulada pelas especificidades nacionais. A qualificação efetuada visou reduzir a margem de manobra ideológica dos adeptos da visão liberal de saída da crise, no momento em que esta pode aparecer como uma solução bastante adequada para retirar o Brasil de seus impasses e para dirigir o movimento de mudança no padrão de inserção internacional da economia. Neste sentido e na mesma linha de qualificação dos termos do debate em que este texto se insere, um exercício interessante, para além da identificação dos eixos em torno dos quais se estruturam estratégias nacionais de adaptação à crise, consistiria em elaborar uma tipologia dos processos de ajustamento das economias nacionais subordinadas, submetidas à intensificação dos constrangimentos externos nos anos 70 e 80, segundo os mecanismos e instrumentos prioritariamente mobilizados para a superação das tensões e fricções existentes na interface economia nacional - economia internacional e segundo a capacidade dos diferentes padrões de ajustamento para engendrar dinâmicas virtuosas articulando crescimento econômico e incrementos de competitividade internacional. Para uma economia nacional, os mecanismos de ajustamento adotados funcionam como princípios seletivos cuja operação permitiria adequar as modalidades de funcionamento doméstico da economia aos requisitos de competitividade impostos pela pressão do constrangimento externo.

Na seção II deste trabalho, esboçou-se - para o caso brasileiro - uma tipologia diacrônica, isto é, uma periodização das estratégias de ajustamento externo da economia nacional a um quadro de crescentes constrangimentos. Os mecanismos de absorção utilizados no caso brasileiro, além de exigirem uma flexibilidade salarial quase irrestrita, se articularam em torno de um grande princípio seletivo, operando uma única clivagem: aquela entre mercados interno e externo, entre demanda doméstica e exportações. O potencial desses mecanismos para produzir transformações estruturais que alimentem continuamente a competitividade é muito restrito, em função da indexação generalizada a que a economia nacional se encontra

va submetida ao longo do período de ajustamento, bem como da inexistência de mecanismos que incentivem a transformação da renda e dos lucros propiciados pela proteção e pelos incentivos cambiais e fiscais à exportação em investimentos e em uma ampliação qualitativa e quantitativa de oferta doméstica.

Um tipo de ajustamento externo de economia nacional situado no pólo oposto ao do modelo precedente - adotado na década de 70 por alguns países da OCDE, entre os quais a França - consiste em combinar uma estratégia de gestão austera da demanda doméstica com uma busca de especialização internacional "fina" do aparelho produtivo e com uma política cambial baseada no "fortalecimento" da moeda nacional. O objetivo é induzir a modernização e os esforços de produtividade na economia, tal como preconizado pelo governo Barre, na França, em 1976, e tal como analisado por MISTRAL (1988): aplicada a um aparelho de produção price-taker e a uma economia aberta, a política do franco forte erodiu os lucros das exportações, ampliou a penetração do mercado interno pelas importações e agravou a situação externa da economia, tendência que os sucessos pontuais dos esforços de especialização "fina" não conseguiram contrarrestar.

Em comparação com o caso brasileiro, em que a abrangência do princípio seletivo, ao mesmo tempo em que hipoteca globalmente os mecanismos de regulação macroeconômica, não é capaz de induzir uma dinâmica de competitividade sustentada, neste segundo padrão chega-se a um resultado equivalente em termos de competitividade, devido à operação concomitante de diferentes princípios seletivos, altamente constrangedores, sobre o tecido industrial.

Um terceiro padrão de ajustamento externo combina uma política de competição fortemente voltada para o aumento da oferta interna e das exportações - mais do que centrada na liberalização geral das importações - com instrumentos de incentivo creditício operacionalizados de forma altamente seletiva, e com uma taxa de câmbio permanentemente subvalorizada (LAFAY, 1985 e AGLIETTA, 1989). Neste caso, ilustrado pela Coréia, a política industrial induz e orienta a transformação do lucro gerado pela renda de desvalorização cambial e pelo regime de livre comércio para atividades exportadoras em investimentos e na produção de bens de valor agregado cada vez mais importante. São colocados em operação, mais uma vez, diferentes

princípios seletivos, que - ao contrário dos modelos anteriores - não conflitam com o crescimento do produto e da demanda doméstica, combinam adequadamente incentivos e restrições e fazem do ajustamento externo não só uma "alavanca" que impulsiona uma estratégia de inserção internacional - neste sentido, este tipo de ajustamento pode ser diagnosticado a posteriori como um ajustamento competitivo - como ainda um elemento que contribui para a estabilização da dinâmica macroeconômica, ao invés de constituir uma fonte de desequilíbrios e de tensões estruturais, somente absorvidas às custas do incremento do grau de instabilidade dos mecanismos de regulação.

A análise das diferentes estratégias de ajustamento externo revela que a combinação de objetivos de curto e longo prazo e dos instrumentos, bem como o timing de implementação da política, são fatores determinantes dos seus resultados. No entanto, tais resultados também dependerão fortemente da capacidade de diagnosticar a crise do padrão de inserção que se esgota e de identificar com precisão a etapa de transição que se inicia, de forma a que o processo de abertura da economia seja antes um elemento potencializador das oportunidades inerentes à inserção internacional do que uma fonte de instabilidade e de ameaça para o aparelho produtivo. No caso brasileiro, a combinação de uma política de competição "à coreana" e de uma gestão cambial que assegure estabilidade à moeda nacional, e sobretudo evite sua sobrevalorização, aparece como o traço essencial de uma estratégia que permita à economia renovar as bases de sua competitividade internacional.

BIBLIOGRAFIA

- Aglietta, M. (1989) - Stabilité dynamique et transformations des régimes monétaires internationaux - communication au Colloque Irreversibilités dans les Modes de Croissance - EHESS - 21 à 23 juin 1989. Paris

- Aglietta, M.; Orléan, A et Oudiz, G. (1981a) - Des adaptations différenciées aux contraintes internationales: les enseignements d'un modèle - in *Revue Economique* n° 4 - vol. 32 - juillet 1981. Paris

- (1981b) Contraintes de change et régularités macroéconomiques nationales - in *Recherches Economiques de Louvain* - n° 3 vol. 46 - septembre 1981 - Louvain.

- Boyer, R (1986a) - La théorie de la régulation: une analyse critique - Ed. La Découverte, 1986. Paris

- (1986b) - La flexibilité du travail en Europe - Ed. La Découverte, 1986 - Paris

- (1989a) - The eighties: the search for alternatives to fordism - Ronéotypé Cepremap n° 8909, 1989, Paris

- (1989b) - The transformation of modern capitalism by the light of the regulation approach and other political economy theories - paper prepared for the Comparative Governance of Economic Sectors Conference - May 29th to June and 1989 - Bellagio

- (1989c) - L'impact du marché unique sur le travail et l'emploi - communication à la Conférence de l'Association Européenne des Economistes du travail - 8 à 10 septembre 1989 - Torino.

- Boyer, R. e Coriat, B. (1989) - De la flexibilité technique à la stabilisation macroéconomique: un essai d'analyse - in Cohendet, P. et Llerena, P - *Flexibilité, Information et Décision* - Ed Economica - 1989 - Paris.

- Boyer, R e T.Mistral,J.(1988) - Le bout du tunnel? Stratégies conservatrices et nouveau régime d'acumolation - communication au Colloque International sur la Théorie de la Régulation - 16 à 18 juin - 1988 - Barcelona.
- Boyer, R. e Petit,P.(1989) - Kaldor's growth theories: past, present and prospects - Ronéotypé Cepremap n° 8905 - 1989 - Paris
- Boyer, R. e Ralle,P(1986) - Crossances nationales et contrainte extérieure avant et après 1973 - Tiré à part Cepremap n° 163 - 1986- Paris.
- Brender, A. (1988) - Un choc de nation - Ed. Hatier, 1988 - Paris
- Clark, K.B. (1989) - Competing beyond technology: what strategy can do for technology - in Harvard Business Review - nov/dec 1989 - Cambridge.
- Delapierre, M. e Mytelka.L.K(1988)-Décomposition, recomposition des oligopoles -in Economie et Société n° 11 - 12 1988-Paris.
- Fajnzylber,F.(1988) - Competitividad internacional: evolución y lecciones - in Revista de la Cepal n° 36. dec.1988 - Santiago.
- (1989) - Sobre la impostergable reestructuración industrial de America Latina - borrador para discusión - mimeo - Cepal - julio 1989 - Santiago.
- Frischtak,C.(1989) - Competition policies for industrializing countries - in Policy and Research Series: 7 - - The World Bank - 1989 - Washington,DC.

- Franco, S. de; Eguren, A and Baughman, D. (1989) - El fomento del comercio y la industria en Corea - Instituto de Desarrollo Economico del Banco Mundial - Informe de um Seminário de Políticas del IDC nº 14- The World Bank, 1989 - Washington, D.C.
- Lafay, G. (1985) - Peut-on se proteger de la crise? - in Lassudrie - Duchêne, B. et Reiffers, J.L. - Le Protectionisme Ed Economica - 1985 - Paris.
- Mazier, J. (1988) - Crise, ajustement structurel et regulation - in Economie et Société - série F nº 31 - mars 1988 - Paris.
- Mistral, J. (1986) - 125 ans de contrainte extérieure: l'expérience française - in Economie et Société - Série P - 29 - tome XX nº 1 - janvier - 1986 - Paris.

(1986) - Régime international et trajectoires nationales - in Boyer, R. (org.) - Capitalismes fin de siècle - P.U.F. 1986 - Paris.
- Sacks, J. (1989) - Social conflict and populist policies in Latin America - Working Paper nº 2897 - NBER - march 1989 - Cambridge.
- Veiga, P.M. (1988a) - La Régulation au Brésil: contribution à l'étude du rapport salarial et du rapport Etat-économie - Document de Travail nº 16 - ESLAC - ronéotypé - 1988 - Paris.

(1988b) - A inserção internacional da economia brasileira: condicionamentos e perspectivas - Texto para Discussão Interna nº 15 - mimeo - Funcez 1988 - Rio de Janeiro.

(1989a) - Política de Comércio Exterior: o desafio da contemporaneidade - in Revista Brasileira de Comércio Exterior nº 25 - nov/dez 1989 - Rio de Janeiro.

- Veiga, P.M. (1989b) - Comércio exterior e inserção internacional da economia brasileira - comunicação apresentada na School of Advanced International Studies da Johns Hopkins University - mimeo - 20 - nov. 1989 - Washington, DC.

- Zimmerman, J.B. (1988) - L'équilibre oligopolistique face à la transformation des modes d'organisation industrielle et de la concurrence in Economie et Société - n° 11/12 - 1988 - Paris.

- 153 *O comércio exterior brasileiro de bens de capital: desempenho e indicadores por grupos de produtos.*
Fernando J. Ribeiro e Henry Pourchet. Jul/2000.
- 152 *O comércio exterior brasileiro de calçados e têxteis: desempenho e indicadores por grupos de produtos.*
Fernando J. Ribeiro e Henry Pourchet. Jul/2000.
- 151 *Diretrizes de promoção comercial para as exportações do Rio Grande do Sul.*
Pedro da Motta Veiga, Mário C. de Carvalho Júnior, Leda Hahn e Galeno Tinoco Ferraz Filho. Jun/2000.
- 150 *Desempenho exportador do Rio Grande do Sul.*
Pedro da Motta Veiga e Mário C. de Carvalho Júnior. Jun/2000.
- 149 *Impacto del proceso de integracion del Mercosur sobre el sector calzado.*
Marta Bekerman, Paulo Guilherme Corrêa e Laens S. Nov/99.
- 148 *Impacto del proceso de integracion del Mercosur sobre el sector farmacéutico.*
Marta Bekerman, Paulo Guilherme Corrêa e Laens S. Nov/99.
- 147 *Barreiras às importações nos Estados Unidos da América, Japão e União Européia: estimativas do impacto sobre as exportações brasileiras.* Honório Kume e Guida Piani. Out/99.
- 146 *Barreiras externas às exportações brasileiras: 1999.*
Renato Fonseca, Mário C. de Carvalho Jr., Galeno T. Ferraz Filho, Henry Pourchet, Ricardo Markwald e Fernando C. da Silva. Out/99.
- 145 *Uma estratégia para a promoção comercial das exportações nordestinas.*
Ricardo André Markwald e Pedro da Motta Veiga. Out/99.
- 144 *Indústrias de plásticos: desenvolvimento do potencial exportador das empresas de 3ª geração.*
João Bosco M. Machado e Galeno Tinoco Ferraz Filho. Jul/99.
- 143 *Subsídios ao milho e aos derivados do milho nos mercados dos Estados Unidos e da União Européia.*
Aluísio G. de Lima Campos. Jul/99.
- 142 *Diretrizes para o desenvolvimento do potencial exportador das MPes paulistas.*
Pedro da Motta Veiga, João Bosco M. Machado e Mário C. de Carvalho Jr. Nov/98.
- 141 *Padrões de comércio intra e extra-Mercosul: alvos para uma política industrial do Mercosul.*
Ricardo A. Markwald e João Bosco M. Machado. Nov/98.
- 140 *Desempenho e potencial exportador das micro e pequenas empresas paulistas.*
Pedro da Motta Veiga, João Bosco M. Machado e Mário C. de Carvalho Jr. Nov/98.
- 139 *Pequenos lotes na exportação: estrutura de custos e estratégias de distribuição física internacional.*
Mário C. de Carvalho Jr., Miguel Ferreira Lima e Ricardo A. Markwald. Nov/98.
- 138 *Especificidades do padrão de comércio Brasil-União Européia e Brasil-Estados Unidos.*
Ricardo A. Markwald e João Bosco M. Machado. Nov/98.
- 137 *A experiência exportadora do setor de software brasileiro: o caso da Softex.*
Galeno Tinoco Ferraz Filho, Silvia Frick, Virgínia Duarte, José E. Roselino, Ana Paula Matusita, Norton de Almeida, Lucia Beatriz Alves, Vera Mittermayr. Jun/98.
- 136 *Micro, pequenas e médias empresas na exportação: desempenho no Brasil e lições da experiência internacional.*
Pedro da Motta Veiga, Ricardo A. Markwald. Jun/98.
- 135 *A orientação externa da indústria de transformação brasileira após a liberalização comercial.*
Renato Fonseca, Mário C. de Carvalho e Henry Pourchet. Abr/98.
- 134 *Índices de preço e quantum do comércio exterior.*
Ricardo A. Markwald, Armando Castelar Pinheiro, Carmen Falcão e Henry Pourchet. Mar/98.
- 133 *Índices de preço e quantum das importações brasileiras.*
Ricardo A. Markwald, Armando Castelar Pinheiro, Carmen Falcão e Henry Pourchet. Mar/98.
- 132 *União Européia: o novo Sistema Geral de Preferências (SGP) e os impactos sobre as exportações brasileiras de produtos agrícolas.*
João Bosco Machado e Ricardo A. Markwald. Nov/97.
- 131 *Estimativas do valor da produção industrial e elaboração de coeficientes de exportação e importação da indústria brasileira (1985-1997).*
Lia Haguenauer, Ricardo A. Markwald e Henry Pourchet. Jun/98.